

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.419.562 - RS (2018/0339022-0)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : MARISA MAFACIOLI CARVALHO
AGRAVANTE : ODIR LAUTERT CARVALHO
ADVOGADO : ELTON ALTAIR COSTA - RS021748
AGRAVADO : VALDEMAR BONATO
ADVOGADOS : CLAUDEI ANTÔNIO MACCARI E OUTRO(S) - RS012447
GRACIELE GESCHWIND BASSO - RS048235
INTERES. : MICHELE MAFACIOLI CARVALHO
INTERES. : UNICAL UNIVERSAL DE CALCÁRIOS LTDA

DECISÃO

Cuida-se de agravo interno, interposto por MARISA MAFACIOLI CARVALHO e ODIR LAUTERT CARVALHO, em face da decisão de fls. 481-485 e-STJ, da lavra deste relator, que negou provimento ao agravo (art. 1.042 do CPC/15), por meio do qual os ora insurgentes pretendiam ver admitido recurso especial.

Na origem, tem-se ação de execução, autos nº 0014721-60.2003.8.21.0011, em trâmite perante a 1ª Vara Cível de Cruz Alta-RS, movida pelo ora agravado, VALDEMAR BONATO, em face dos ora agravantes. O recurso especial fora interposto em face de acórdão que, em sede de agravo de instrumento (autos nº 70075565812), manteve decisão proferida pelo magistrado singular homologando cálculos apresentados pelo exequente.

Essencialmente, quanto às alegações de erro no cálculo da dívida, o Tribunal *a quo* verificou que "este tema já foi repisado em diferentes oportunidades ao longo do processo, não cabendo mais discussão para a questão. Como se verifica da análise das fls. 157/159, os mesmo argumentos já foram analisados pelo Juízo a quo em 2009." (fl. 175 e-STJ).

Nas razões de recurso especial, alegaram os insurgentes que o acórdão recorrido violou os seguintes dispositivos de lei federal: *(i)* arts. 489, 494 e 1.022 do CPC/15, sustentando, preliminarmente, a nulidade do acórdão por negativa de prestação jurisdicional; *(ii)* arts. 141, 370, 489, 492, 494, 502, 503, 507, 508 e 524, §§ 1º e 2º, todos do CPC/15 em conjunto com o art. 4º, do Decreto nº 22.626/33, defendendo, em resumo, haver erros de cálculo e violação ao princípio da congruência nos valores executados pela parte adversa, matéria insuscetível à preclusão, detalhando, ainda, que o indevido excesso decorre de cobrança de capitalização anual da taxa de juros de mora, a qual deveria incidir de forma simples e na monta de meio por cento ao mês, conforme o pedido pelo ora recorrido. Aduziram, ainda, estar configurado o dissídio jurisprudencial.

Em julgamento monocrático, negou-se provimento à insurgência, por aplicação das Súmulas 83/STJ, 5/STJ e 7/STJ.

Nas razões do agravo interno, os insurgentes informam que a "*O Egrégio Órgão julgador do Tribunal “a quo”, ao julgar os Agravos de Instrumento nº 70081601478 e 70080702244, mesmas partes, mesmo processo, em sessão de 31/07/2019, deu parcial provimento às inconformidades para reconhecer que não estão abarcadas pela*

preclusão as matérias da capitalização de juros e inexatidão dos cálculos, ao efeito de determinar o recálculo do débito com a aplicação de juros simples e não capitalizados, conforme inclusas cópias de acórdãos." (fl. 491 e-STJ).

Requeru a reforma da decisão agravada para que fosse acolhida a preliminar de negativa de prestação jurisdicional e determinado o retorno dos autos para analisar se, nos títulos executivos em comento, houve pactuação de capitalização de juros.

É o relatório. Decide-se.

A insurgência perdeu o objeto.

1. Consoante a doutrina e a iterativa jurisprudência deste Tribunal Superior, o interesse recursal é consubstanciado na presença do binômio necessidade-utilidade do provimento jurisdicional.

No caso em tela, constata-se que o recurso especial pretendia, em última análise, *"o afastamento da conta de atualização da execução dos valores do **encargo não pactuado da capitalização anual dos juros de mora**, determinando o prosseguimento da execução de acordo com a anterior memória de cálculo"* (fl. 275 e-STJ).

O Tribunal *a quo*, em julgamento de agravo de instrumento, posterior a este apelo nobre, após consignar o entendimento quanto à impossibilidade de cobrança de juros capitalizados entre particulares, decidiu no seguinte sentido (fls. 495 e 499 e-STJ).

Ante o exposto, **dou parcial provimento ao recurso, em ordem de determinar o recálculo do débito, com aplicação de juros simples**, inclusive, com a realização de perícia, se for o caso, a critério do juízo singular, bem como para afastar a multa por litigância de má-fé, nos termos acima delineados.

Anote-se, por fim, que, em consulta ao sistema eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, constatou-se que, nos autos nº 0014721-60.2003.8.21.0011, execução que deu origem ao presente feito, bem como aos já mencionados recursos de agravo de instrumento, o magistrado de origem determinou, em 18/09/2019, a juntada dos acórdãos ora apresentados pela parte insurgente.

Dessa forma, há de se reconhecer a perda do objeto do presente apelo extremo, tendo em vista a superveniente perda de interesse recursal em virtude da obtenção de provimento favorável por outra via processual.

2. Do exposto, com fundamento no art. 932, inciso III, do NCPC e art. 34, IX, do RISTJ, julgo extinto o procedimento recursal, ante a perda do objeto, e determino o retorno dos autos à origem.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator